
HINGLEY, Richard. *Roman Officers and English Gentlemen. The Imperial Origins of Roman Archaeology*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2000, 224p. ISBN 0415235804.

Richard Hingley, professor de Arqueologia romana da Universidade de Durham, na Inglaterra, notabilizou-se, no campo da Arqueologia romana, com a publicação, em 1989, de um original estudo do assentamento rural na Bretanha romana (*Rural Settlement in Roman Britain*). Frente ao predomínio das análises das cidades antigas, Hingley propunha um deslocamento da atenção dos estudiosos para o espaço em que vivia a maioria da população, atitude que, na Arqueologia Clássica brasileira, seria tomada, na década seguinte, por André Leonardo Chevitaese (*O Espaço Rural na Pólis Grega, O caso ateniense no período clássico*, Rio de Janeiro, Fábrica de Livros, 2001) e Norberto Luiz Guarinello (*Classica* 7/8, 1994/1995, p. 271-284). Naquela obra pioneira, que seria seguida de outros estudos sobre a temática rural, Hingley já mostrava como a compreensão do espaço rural antigo dependeu, em diferentes momentos, da construção historiográfica que, por sua parte, derivava de precisos engajamentos sociais e políticos dos estudiosos da Antigüidade. Cada vez se tornava mais claro, para Hingley como para muitos outros arqueólogos, que uma História social da própria Arqueologia fazia parte da própria faina arqueológica (cf. Thomas Patterson, *opera permulta*). A constituição dos objetos de pesquisa realizou-se no entrelaçar-se de interesses políticos e sociais de suas épocas e a desconstrução dos discursos historiográficos e a compreensão dos envoltimentos políticos dos acadêmicos tornaram-se procedimentos essenciais.

É neste contexto que pode ser entendido este volume, uma verdadeira história social da Arqueologia britânica voltada para a Bretanha romana. O autor mostra como um 'discurso imperial', surgido no bojo do avanço imperialista inglês, forjou uma romanidade e um conceito de 'romanização' que pudessem servir de modelo para o Império Britânico e sua administração do mundo. Particular atenção é dada à invenção, no início do século XX, da noção mesma de 'romanização', definida como o processo pelo qual o bretão incivilizado (ou o europeu) atingiu a civilização, processo esse que nada mais era do que um espelho da 'europeização' do mundo, em curso nesse período, segundo a ótica imperial. Mommsen criara, em 1886, o termo *Romanieserung*, transposto para Romanização por Haverfield. Os historiadores e arqueólogos clássicos desempenharam papel importante na criação desse discurso imperial e o estudo das línguas e literaturas grega e latina, por parte das elites imperiais, fazia parte central na formação de uma *Weltanschauung* imperial, com o resultado que os administradores deviam ser, antes de mais nada, bons conhecedores do mundo antigo, antes que das ciências naturais ou econômicas.

Os administradores civis e militares ingleses colocavam-se como em situação análoga à dos conquistadores romanos. Hingley dedica grande atenção ao arqueólogo Francis Haverfield, estudioso que, no início do século XX, viria a desenvolver a noção de 'romanização'. O autor começa por mencionar a importância da educação popular, presente em livros didáticos do final do século XIX e do início do XX, nas interpretações que os futuros acadêmicos teriam da relação entre romanos e bretões, ao apresentar uns como civilizados e os outros como bárbaros que só tinham a aprender, ao dei-

xarem seus costumes e adotarem os *mores* romanos. Em seguida, Hingley historia os avatares da construção de uma identidade inglesa, ao mostrar que uma identidade teutônica, dominante antes da expansão imperialista do final do século XIX, foi substituída pela comparação da missão romana e britânica de civilização do mundo. Outro aspecto tratado por Hingley refere-se ao tratamento dado aos antigos heróis da resistência celta aos romanos, como Boudica ou Boadicea, Caratacus, encarados como precursores de uma mescla racial que grandes benefícios traria tanto aos romanos antigos, como aos britânicos. A tocha da civilização teria passado do Império Romano àquele britânico, como fica claro no discurso entre guerras do arqueólogo, filósofo e historiador, Robin G. Collinwood, segundo o qual “até hoje o caráter inglês mistura o amor ordeiro dos romanos pelo bom governo com a autoconfiança dos navegantes saxões”.

A parte central do livro está dedicada ao estudo detalhado do desenvolvimento do conceito de romanização. Tal como formulado por Haverfield, é um conceito teleológico que considera ter havido uma transição simplista e direcionada do indígena ao romano, evoluindo do primitivo para o civilizado. “No final, os bretões, em geral, adotaram a língua e a civilização romanas e, em nossa ilha, a diferença entre ‘romano’ e ‘provincial’ praticamente desapareceu”, nas palavras de Haverfield em 1906. A cultura romana, eclipsada nas ilhas britânicas na Alta Idade Média, teria retornado no Renascimento. Os sucessores de Haverfield, a partir da década de 1930, continuaram a se utilizar desses conceitos, ainda que já com Collinwood apareça a figura dos incultos habitantes das aldeias, impérvios à romanização prevalecente nas cidades. Rivet, no pós-Guerra, viria a mostrar como a pesquisa arqueológica continuava a privilegiar os vestígios ‘romanos’, como

as *uillae*. Whittaker, já em fins do século XX (1997), considerava que a romanização ocorria por osmose. Hingley demonstra, por meio de um levantamento de sítios arqueológicos de época romana escavados, que de 1920 a 1965 sempre prevaleceram os estudos de sítios militares, cidades grandes, *uillae* ou cidades pequenas, com apenas 4% a 10% de outros sítios. Nas últimas décadas, o percentual desses outros sítios aumentou até 23% no período entre 1991 e 1995, ainda que os sítios militares continuem a prevalecer, com 36%. Criaram-se, portanto, dados arqueológicos enviesados, se considerarmos que, em levantamentos, calcula-se que, no campo, 15% dos sítios são *uillae*, com 85% de outros sítios.

O livro de Hingley representa parte de uma crescente preocupação, por parte dos estudiosos da Antigüidade, com o estudo da história social da própria disciplina. A desconstrução dos discursos permite que se mostrem como se formaram conceitos e como esses, em grande medida, moldaram a própria coleta, apresentação e estudos dos dados empíricos. A História da ciência apresenta-se ligada, de forma umbilical, à História contemporânea, pois são os interesses da época em que vivem os pesquisadores, em última instância, que levam à criação, divulgação e ao êxito de conceitos interpretativos. O imperialismo e o colonialismo modernos explicam, assim, em grande parte as feições dos estudos sobre o mundo antigo e o volume de Hingley demonstra como perscrutar os meandros dos conceitos modernos constitui importante meio para entender as sociedades antigas.

PEDRO PAULO A. FUNARI
Departamento de História, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Estadual de Campinas